

# Sustentabilidade no espaço rural: um novo paradigma organizacional – II<sup>1</sup>

Francisco da Cunha Silva<sup>2</sup>

O discurso da **modernidade**, alimentado pela corrente do pensamento utilitarista que permeia a sociedade industrial (onde os negócios, a eficiência e o sucesso assumiram papel central), vem modelando o modo de vida na esteira de uma **sociedade centrada no mercado**. Nesse contexto, o meio rural e as pessoas que ali vivem são enquadradas no domínio do *ethos* do mercado provocando, ao lado do crescimento da produção e da produtividade agrícolas, outras externalidades tais como o esvaziamento dos campos, a degradação ambiental, o crescimento da miséria e violência nos centros urbanos, a desagregação de valores substantivos, o aumento do contingente de desempregados e excluídos e gerações de “*deformados*” pela hipertrofia da dimensão econômica.

A partir da II Guerra Mundial, o sistema de mercado assumiu um papel cada vez mais central e modelador da mente e da vida dos cidadãos. A grande transformação a ser creditada ao sistema de mercado foi a transformação da produção numa atividade científica e o provimento da sociedade de capacidade de processamento com alta produtividade. No entanto, a deformação do ser humano foi o preço psicológico pago por essa grande transformação, que criou uma logística de abundância de bens primordiais.

O episódio histórico da modernidade ensejou uma proposta de organização da vida humana fundamentada na prevalência da dimensão

econômica sobre as dimensões política, social e cultural que, até então, sempre coexistiram de forma integrada: as dimensões política e cultural ordenando e viabilizando a vida humana, tanto de caráter individual quanto associada, e as dimensões econômica e social atendendo aos imperativos da subsistência e da gregariedade intrínsecas à condição humana.

Numa perspectiva multidimensional, as áreas da saúde e educação refletem alguns dos efeitos perversos da “ideologia da modernidade” tanto no espaço rural como nos centros urbanos. A associação da “medicalização da vida” e do “terrorismo médico” vem “sabotando o sabor da existência”. Muitos médicos “perderam o contato com os pacientes, não os ouvem como deveriam e os novos candidatos a médicos têm características cada vez mais técnicas e menos humanitárias”. O paciente é tratado como uma estatística, como alguém desprovido de vontade e de uma existência, numa medicina que segue o padrão da indústria médica dos Estados Unidos preconizando, “num efeito bola de neve, o maior número possível de exames e internações hospitalares” (Londres, 2002).

Um outro aspecto dessa medicina industrial, imersa na dimensão perdida da cura, é a “doença iatrogênica” resultante de “complicações cirúrgicas, medicação errada, efeitos colaterais de remédios e outros tratamentos, e dos debilitantes efeitos da hospitalização”

(Ferguson, 2000). A “iatrogenia” está mais presente do que nunca na chamada “agricultura moderna” conduzida à base de agrotóxicos e fertilizantes de síntese química, em que as relações entre substâncias nitrogenadas e glicídios intensificam a suscetibilidade das plantas ao ataque de patógenos.

Na área da educação, o sistema educacional vigente está, dentre outras distorções, desvinculado da realidade vivida pelo educando, comprometendo o processo ensino-aprendizagem. A questão do conhecimento e da aprendizagem é abordada por alguns autores de forma contundente:

“Se não questionarmos a suposição de que o conhecimento é uma mercadoria que, sob certas circunstâncias, pode ser infringida ao consumidor, a sociedade será cada vez mais dominada por *sinistras pseudo-escolas e totalitários gerentes de informação*. Os terapeutas pedagógicos doparão sempre mais seus alunos com a finalidade de ensiná-los melhor; os estudantes tomarão mais drogas para se aliviarem das pressões dos professores e da corrida para os diplomas. Número crescente de burocratas vai arvorar-se em professores. A linguagem do homem de escola já foi escolhida pelo publicitário. [...] Nossa opção é suficientemente clara. Ou continuamos a acreditar que a aprendizagem institucionalizada é um produto que justifica investimentos ilimitados<sup>3</sup> ou redescobrimos que a legislação, o

<sup>1</sup>Estudo extraído da dissertação de mestrado “*Políticas públicas para uma vida rural sustentável: estudo à luz da Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais*”, de autoria de Francisco da Cunha Silva e orientada pelo professor José Francisco Salm, Ph.D., UFSC/CSE/CPGA. Este é o segundo de uma série de três artigos.

<sup>2</sup>Eng. agr., M.Sc., professor adjunto da UFSC, Florianópolis, SC, fone: (048) 246-2818, e-mail: fcunha1943@yahoo.com.br.

<sup>3</sup>No Brasil, o negócio da educação representa 9% do PIB – R\$ 90 bilhões, dos quais R\$ 44 bilhões do setor privado – equivalente à soma do faturamento dos setores de telecomunicações e energia.

planejamento e o investimento – se for possível dar-lhes um lugar na educação formal – devem ser usados principalmente para derrubar as barreiras que atravancam as oportunidades de aprendizagem. Estas últimas são exclusivamente atividades pessoais” (Illich, 1979).

Em termos físicos, econômicos e sociais, dois outros abismos ameaçam a sustentabilidade do planeta: a **degradação do ambiente natural** e a **miséria**.

A sociedade de mercado, em sua nova dimensão globalizante, põe em risco e destrói inúmeras comunidades locais pelo mundo inteiro; e, “no exercício de uma biotecnologia mal-pensada, violou o caráter sagrado da vida e procurou transformar a diversidade em monocultura, a ecologia em engenharia e a própria vida numa mercadoria” (Capra, 2002).

A disponibilidade e a qualidade da “água potável” é uma das tantas externalidades da “degradação ambiental”. É uma questão que afeta significativamente a perspectiva de desenvolvimento sustentável. Em virtude da poluição provocada pela atividade econômica, da fatia da água disponível para consumo humano (2,3% do total), a metade tornou-se imprestável para consumo. A escassez de água potável já atinge 40% da população mundial e, caso não sejam tomadas medidas urgentes, deverá afetar a metade dos 8 bilhões de habitantes do planeta previstos para os próximos 25 anos. Cerca de 70% da água utilizada pelo homem é destinada à agricultura, sendo que mais da metade é perdida em sistemas de irrigação ineficientes. Uma terça parte das maiores bacias hidrográficas perderam mais da metade de sua cobertura vegetal, reduzindo a qualidade da água e aumentando os riscos de enchente. Nos ecossistemas de água doce, “pelo menos 20% das 10 mil espécies de organismos aquáticos já foram ou

estão sob ameaça de extinção” (Teich, 2002).

No caso catarinense, o manejo inadequado dos solos, o despejo de dejetos suínos no ambiente rural e o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos vêm intensificando a erosão, o assoreamento dos rios e a contaminação das fontes e dos cursos d’água. Cerca de 80% das águas em Santa Catarina estão, de alguma forma, comprometidas em sua qualidade (Instituto Cepa/SC, 2002).

Em Santa Catarina, a intensa migração rural-urbana, a concentração da produção e o uso de tecnologias inadequadas vêm, de forma simultânea, provocando o esvaziamento dos campos e a degradação dos recursos naturais.

Na questão demográfica o esvaziamento do meio rural é notório. Uma quinta parte (21,3%) dos 5,33 milhões de habitantes do território catarinense ainda vivem no meio rural (2000). No entanto, há 40 anos (1960), eram mais de dois terços (67,7%). Na última década o fenômeno do êxodo rural foi ainda mais intenso: entre 1991 e 2000, a população rural catarinense sofreu uma redução, em termos absolutos, de 194,3 mil habitantes, correspondendo a uma taxa média anual de migração rural-urbana da ordem de 3,2%.

Nas décadas anteriores, o poder de atração e o fascínio que os centros urbanos exerciam sobre as comunidades rurais eram fatores determinantes do êxodo rural. No entanto, nos anos 90 foram as condições intrínsecas da vida rural e a busca de melhores oportunidades e de acesso a bens culturais que provocaram a aceleração dos fluxos migratórios.

A modernização da agricultura e seu desdobramento no êxodo rural “favoreceram a indústria e o comércio urbanos, e não a massa dos agricultores, principalmente os pequenos produtores, aceleraram a

proletarização e agudeceram a pobreza absoluta e a relativa da população trabalhadora dos campos” (Olinger, 1991).

No Brasil pontifica um quadro sombrio para a questão da **miséria**. Estudo recente, conduzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea –, citado por Lamounier & Figueiredo (2002), revela que 53 milhões de brasileiros viviam (em 1999) abaixo da linha de pobreza, dos quais, 23 milhões nem sequer atingiam a faixa de indigência<sup>4</sup>. No último relatório do Banco Mundial, o Brasil figurou em penúltimo lugar no tocante à distribuição de renda (só ganhando de Serra Leoa), apesar de o governo reter mais de 40% de toda a riqueza produzida no País através de impostos diretos e indiretos. Ainda, segundo o relatório, a dívida externa já ultrapassou a barreira dos US\$ 210 bilhões e a dívida interna equivale a 61% do PIB nacional (Sabino, 2002).

Os resultados de um censo realizado pela Epagri e pelo Instituto Cepa/SC<sup>5</sup> em 17 municípios do Oeste Catarinense (1997 a 1999) revelam que 71% dos agricultores estão em pleno processo ou em risco de exclusão do meio rural, em função da baixa rentabilidade econômica de seus empreendimentos agrícolas.

O pesquisador francês Ignacy Sachs formulou os seis princípios básicos de uma nova política de desenvolvimento centrada na *sustentabilidade*: “satisfação das necessidades básicas; solidariedade com as gerações futuras; participação da população envolvida; preservação dos recursos naturais e do meio ambiente; elaboração de um sistema garantindo emprego, segurança e respeito a outras culturas; programas de educação” (Sachs, citado por Brüseke, 2001).

Schumacher (1977) entende que a agricultura deve ter um enfoque mais amplo, que transcenda a

<sup>4</sup>Para o Ipea, a faixa abaixo da qual se definiu linha de pobreza em 1999 foi de R\$ 115 mensais, equivalente a “uma cesta de bens e serviços (alimentos, transporte, moradia, etc.) à qual todos deveriam ter acesso”. Para a linha de miséria (indigência) foi de R\$ 60, equivalente tão somente aos “alimentos mínimos necessários para que a pessoa permaneça viva, de acordo com os padrões da Organização Mundial da Saúde” (Lamounier & Figueiredo, 2002). Os números da Fundação Getúlio Vargas – FGV – são mais estarrecedores. Lamounier & Figueiredo (2002) revelam que, no lugar dos 23 milhões de miseráveis identificados pelo Ipea, a FGV contrapôs com 50 milhões, correspondendo a cerca de 30% da população do País.

<sup>5</sup>O censo indicou que 42% dos produtores obtiveram um valor agregado (diferença entre o valor bruto da produção e os custos variáveis) inferior a um salário mínimo mensal; 29%, de um a três salários mínimos; 13%, mais que três salários mínimos; 14,5% com predomínio de rendas não-agrícolas e 1,5% de agricultores patronais (Silvestro, 2001). No Brasil, cerca de 70% dos 4,3 milhões de estabelecimentos rurais com menos de 100ha auferem renda familiar inferior a dois salários mínimos mensais. ▶

produção de alimentos e de matérias-primas. A partir dessa visão, considera que a agricultura é o vetor para ligar o homem mais intimamente à natureza; é o *habitat* capaz de humanizar a vida individual e comunitária; e a atividade produtiva capaz de proporcionar alimentos saudáveis para uma vida condigna.

“A administração da terra deve ser orientada primordialmente para três metas – *saúde, beleza e permanência*. A quarta meta – a única aceita pelos técnicos –, *produtividade*, será alcançada quase como um subproduto” (Schumacher, 1977).

A complexidade da **questão da sustentabilidade** deve considerar uma multiplicidade de abordagens e ações, devidamente articuladas, voltadas para a conquista e manutenção da sustentabilidade em suas dimensões econômica, ambiental, social, cultural e política.

Apesar da miríade de definições, a **sustentabilidade** vai muito além de um simples atributo de um certo tipo de desenvolvimento. É um projeto de sociedade alicerçado na consciência crítica do que existe, bem como num processo de construção do futuro, que leva em conta o ser humano e o mundo natural. Trata-se, portanto, de uma força fundadora e instauradora de uma nova ordem, de um novo paradigma.

A partir das idéias e estratégias inerentes ao processo de desenvolvimento territorial<sup>6</sup>, destacam-se aquelas vinculadas ao desenvolvimento local e à globalização.

Milton Santos destaca que a abordagem local remete à busca de um sentido, enquanto que a global busca resultados. Observa ainda que o campo não consegue resistir ao processo de globalização tanto quanto a cidade, visto que, com a modernização do campo, é cada vez mais próxima e intensa sua relação com o mercado global. Ao analisar a questão do êxodo rural, afirma que “a contaminação do capitalismo no campo vai reduzir a possibilidade de permanência [...] porque não é a produção que comanda, mas a circulação” (Santos, 2000). Ou seja, a idéia central é de que se produza localmente e se venda globalmente,

assumindo a globalização de cima para baixo.

No mundo globalizado, o meio técnico-científico-informacional vem transformando o território brasileiro sob a égide do sistema de mercado. O território ganha novos conteúdos e impõe novas atitudes. Graças à irradiação do meio técnico-científico-informacional ampliam-se as possibilidades da produção, através da circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das idéias, das informações, das ordens e dos próprios seres humanos (Santos, 2000).

Nessa configuração territorial, a agricultura brasileira ingressa, em determinadas áreas, na chamada “agricultura de precisão”, em que se consolidam cinturões especializados no cultivo e na industrialização de frutas, cana-de-açúcar, soja, trigo, algodão, milho, arroz, fumo, uva, bem como na produção e no processamento de suínos, aves e leite. O potencial produtivo dessas culturas e criações pode ser avaliado através do exemplo da avicultura (Abranches, 2003): em 12 anos a produção brasileira de frango por habitante cresceu quase 150% ao passar de 13,6kg (1990) para 33,8kg (2002). Nos últimos cinco anos (1997 a 2002) a exportação brasileira de aves cresceu 4,3%, colocando o País como o segundo maior exportador mundial, abaixo apenas dos Estados Unidos.

A modernização da agricultura desencadeada pela Revolução Verde canalizou para a indústria e o comércio a fatia maior dos resultados financeiros derivados das atividades que envolvem produção, manipulação e distribuição dos alimentos. Restou ao agricultor os riscos e as incertezas próprias de seu trabalho.

Nessa perspectiva, o agricultor moderno não passa de uma minúscula peça dominada por uma macroestrutura técnica, financeira, administrativa e legislativa. Essa macroestrutura estende seus tentáculos desde os complexos petrolíferos, passando pelas indústrias química, metalúrgica, de alimentos e matérias-primas, até o mercado financeiro, supermercados, centros comerciais, com o suporte de universidades, serviços de pesquisa e extensão rural

e uma gigantesca infra-estrutura de transportes, armazéns, energia e telecomunicações.

Os atuais conhecimentos científicos e os novos avanços da tecnologia podem fazer com que a vida no campo seja muito mais saudável e confortável que a vida nos grandes conglomerados urbanos. No entanto, a sustentabilidade da vida rural implica em mudança paradigmática e não apenas em reformas conjunturais e pontuais.

## Literatura citada

1. ABRANCHES, S. A inteligência da agricultura. *Veja*, São Paulo, n. 1.803, p.32, 21 mai. 2003.
2. BRÛSEKE, F.J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (org.) *Desenvolvimento e natureza estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001. p. 29-40.
3. CAPRA, F. *As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável*. São Paulo: Cultrix, 2002. 296p.
4. FERGUSON, M. *A conspiração aquariana: transformações pessoais e sociais nos anos 80*. 12.ed. Rio de Janeiro: Record; Nova Era, 2000. 411p.
5. ILLICH, I.D. *Sociedade sem escolas*. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979. 186p.
6. INSTITUTO CEPA/SC. *Perspectivas para a agricultura familiar: horizonte 2010*. Florianópolis, 2002. 112p.
7. LAMOUNIER, B.; FIGUEIREDO, R. (org.) *A era FHC, um balanço*. São Paulo: Cultura Editores, 2002. 692p.
8. LONDRES, L.R. Médicos ditadores. *Veja*, São Paulo, n.1.768, p.11-15, 11 set. 2002.
9. OLINGER, G. *Êxodo rural: campo ou cidade?* Florianópolis: Epagri, 1991. 108p.
10. SABINO, M. Lulalice no país das maravilhas. *Veja*, n.1.762, p.30-32, 31 jul. 2002.
11. SANTOS, M. *Território e sociedade*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
12. SCHUMACHER, E.F. *O negócio é ser pequeno: um estudo de economia que leva em conta as pessoas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. 261p.
13. SILVESTRO, M.L.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M.A. de.; DORIGON, C.; BALDISSERA, I.T. *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis: Epagri; Brasília: Naed, 2001.
14. TEICH, D. H. A terra pede socorro. *Veja*. São Paulo, n.1.765, p.80-87, 21 ago. 2002.

<sup>6</sup>Dentro de um determinado contexto histórico, o “território”, na conceituação de Santos (2000), é usado como sinônimo de espaço geográfico, sendo afetado por sistemas técnicos (divisão territorial do trabalho, recursos naturais, ciência, tecnologia, informação), pela infra-estrutura (sistemas de engenharia), bem como pelo dinamismo da economia e da sociedade (atores sociais).